

ACORDO COLETIVO

2015/2016

SINDIAGUA

SINDIAGUA - CAGECE



ACORDO COLETIVO

2015/2016

UM DOCUMENTO
DO TRABALHADOR

ACORDO COLETIVO: CONQUISTAS QUE SE TRANSFORMAM EM LEI

Caro(a) trabalhador(a),

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) é um documento importante, uma conquista da categoria e do Sindicato que estabelece todos os seus direitos e tem validade de lei. Cada cláusula contida aqui não veio de graça. Ao contrário, elas foram sempre negadas em todas as campanhas salariais pelo patronato. Somente com a força da categoria e do Sindicato foi possível fazer com que cada direito garantido hoje ao trabalhador fosse inserido no ACT. Com a ajuda dessa publicação você pode fiscalizar o cumprimento do Acordo Coletivo. Valorize seus direitos e vamos juntos lutar por mais conquistas!

A direção

APRESENTAÇÃO



Durante dois meses de campanha salarial, enfrentamos bem mais do que seis difíceis rodadas de negociação (sendo duas com a presidência da Cagece). Enfrentamos também o peso das crises hídrica e econômica que afetam o País e que por diversas vezes tentaram colocar no colo do trabalhador ao longo da campanha. Mas sabíamos que a categoria não poderia pagar essa conta. Por isso, a direção do Sindiagua procurou estar o mais próxima possível dos cagecianos, visitando os locais de trabalho a fim de levar o sentimento de insatisfação dos trabalhadores à direção da Cagece. Estendemos as negociações até o limite, o que fez com que essa campanha fosse uma das mais demoradas da história recente do Sindiagua.

Apesar de todas as dificuldades e negativas iniciais da direção da Cagece, o saldo foi positivo porque conseguimos avançar nos direitos dos trabalhadores. Conquistamos reajustes acima da inflação em benefícios importantes como o vale-alimentação, o vale-lanche e o auxílio portador de necessidades especiais; um aumento de mais de 50% na gratificação natalina; elevamos a faixa salarial da isenção do plano de saúde (que, apesar da pressão por um retrocesso, foi mantido com as mesmas condições de cobertura); aumentamos para 15 anos a idade dos filhos de trabalhadores que têm direito ao auxílio-creche educação; dobramos o percentual da Titulação, entre outras melhorias. Também conseguimos, com muita luta, que a Cagece se comprometesse em revisar o regulamento das promoções do PCR vigente com a finalidade de proporcionar aos trabalhadores, no próximo ano, as promoções que foram retiradas em 2015.

Importante lembrar que a publicação que está em suas mãos não traz apenas as conquistas da campanha salarial 2015. Traz o resultado de mais de 30 anos de lutas em favor do trabalhador que faz com que tenhamos um dos melhores Acordos Coletivos da área de saneamento do País, especialmente após as melhorias alcançadas nos últimos anos, como a gratuidade do plano de saúde, o reembolso de medicamentos, a realização do concurso público (que graças ao ACT está sendo prorrogado por mais dois anos), o aumento da PR, entre outras.

Nenhuma dessas conquistas foi dada de graça. Todas elas só foram possíveis a partir da luta, resistência e persistência do Sindicato e da categoria, seja nas mobilizações na porta da empresa, seja nas longas negociações com o patronato. Sabemos que a nossa luta não termina aqui. Ainda há muito para ser conquistado. Fiscalize o cumprimento do ACT e vamos juntos lutar por mais avanços. Saneamento público de qualidade e acessível a todos depende da valorização do trabalhador.

Jadson Sarto
Presidente do Sindiagua



CLÁUSULA	BENEFÍCIO	PÁGINA
1ª	Vigência e data-base	13
2ª	Abrangência	13
3ª	Reajuste salarial	13
4ª	Adiantamento quinzenal	14
5ª	Tabela salarial	14
6ª	Anuênio	17
7ª	Gratificação de Condução de Veículos	17
8ª	Incentivo ao Desenvolvimento Educacional	19
9ª	Adicional de Penosidade	19
10ª	Participação nos Resultados	20
11ª	Auxílio Moradia	26
12ª	Auxílio Alimentação	26
13ª	Auxílio Transporte	29
14ª	Auxílio Educação Formal	29
15ª	Assistência Médica	30
16ª	Plano de saúde e Plano odontológico	30
17ª	Complementação de Auxílio Doença	33
18ª	Auxílio Funeral	35
19ª	Auxílio Creche/educação	35

CLÁUSULA	BENEFÍCIO	PÁGINA
20ª	Indenização por morte ou invalidez	37
21ª	Das indenizações por utilização de veículos	38
22ª	Convênio Farmácia / Reembolso de Medicamentos	38
23ª	Auxílio filho portador de necessidades especiais	38
24ª	Vale Cultura	41
25ª	Jornada de trabalho	41
26ª	Dispensa dos serviços	41
27ª	Ausência justificada	42
28ª	Jornada para mães com filhos portadores de necessidades especiais	42
29ª	Empréstimo das férias	42
30ª	Gratificação das férias	42
31ª	Licença de Acompanhamento	42
32ª	Licença Maternidade	45
33ª	Liberação de empregados para direção do Sindigagua	45
34ª	Congressos e cursos	45
35ª	Mensalidade e Desconto em folha	45
36ª	Murais	45
37ª	Mesa de Negociação	45
38ª	Concurso público	46

SUMÁRIO



Assembleia geral da categoria aprovou a pauta de reivindicações no dia 9 de abril de 2015



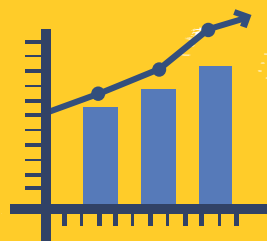
Foram seis rodadas de negociação, sendo duas com a presidência da Cagece



ACORDO COLETIVO

REAJUSTE SALARIAL

Na campanha salarial de 2015, a direção do Sindiagua e os trabalhadores conseguiram que, no reajuste salarial, fosse adotado o índice da inflação mais alto (o INPC, com 8,34%), mesmo com a pressão da Cagece para utilizar o IPCA (8,17%). No acumulado dos últimos anos (2009 - 2015), os trabalhadores tiveram reajuste salarial de 61%.



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ CAGECE, CNPJ n. 07.040.108/0001-57, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO CLETO GOMES e por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCO JOSINETO SOUZAARAUJO e por seu Diretor, Sr(a). SILENO KLEBER GUEDES FILHO ; E SIND DOS TRAB EM ÁGUA ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARÁ, CNPJ n. 07.296.320/0001-80, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). ANTONIO DE OLIVEIRA e por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). ANTONIO MARCUS VINICIUS CATUNDA GUERRA e por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). JADSON SARTO ANGELO OLIVEIRA DE PONTES; celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) dos trabalhadores na Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos, com abrangência territorial em CE.

Salários, Reajustes e Pagamento Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE SALARIAL

No mês de maio/2015, os salários dos empregados da Cagece serão reajustados em percentual correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento). Para a base de cálculos dos novos salários, o mencionado percentual será aplicado sobre os salários pagos no mês de abril/2015, excetuando-se os salários do quadro especial.

Pagamento de Salário - Formas e Prazos

CLÁUSULA QUARTA - ADIANTAMENTO QUINZENAL

A Cagece adiantará, quinzenalmente, 30% (trinta por cento) da remuneração bruta dos seus empregados. PARÁGRAFO PRIMEIRO: As deduções legais e convencionais serão procedidas quando da elaboração da folha de pagamento, no final de cada mês. A Cagece poderá proceder as referidas deduções, quando do adiantamento quinzenal, do pagamento da PR, 13º salário e férias, desde que o empregado venha apresentando saldo no final do mês, insuficiente para cobrir os descontos mensais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados poderão solicitar, por escrito, a redução do percentual de adiantamento quinzenal previsto no caput desta cláusula para 10%, 15% ou 20%.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - TABELA SALARIAL

Os Cargos, Funções, Níveis, Faixas e Salários dos empregados são os constantes das respectivas Fichas de Registro de Empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em decorrência da celebração deste Acordo Coletivo de Trabalho fica aprovada a seguinte Tabela Salarial dos empregados da CAGECE:

TABELA SALARIAL 2015															
Faixa Nível	Pontos	Salário Base - 40 horas semanais										Percentual de aumento 8,34%			
		81	84	87	90	93	96	100	104	108	111	116	120	124	
17	608							12.671,93	13.139,50	13.624,44	14.127,35	14.648,94	15.192,56		
16	528							10.553,65	10.942,63	11.346,06	11.764,43	12.198,35	12.650,63		
15	460							8.753,13	9.075,30	9.409,44	9.755,98	10.115,39	10.489,95		
14	400							7.164,40	7.427,62	7.700,65	7.983,80	8.277,46	8.583,53		
13	350				5.231,29	5.426,93	5.630,03	5.840,50	6.054,60	6.276,68	6.506,98	6.745,86	6.994,83		
12	304				4.141,81	4.296,20	4.456,42	4.622,46	4.791,42	4.966,60	5.148,33	5.336,77	5.533,20		
11	264				3.506,59	3.636,87	3.772,12	3.912,24	4.054,85	4.202,71	4.356,11	4.515,15	4.680,95		
10	230				3.094,27	3.208,94	3.327,93	3.451,31	3.576,76	3.706,92	3.841,88	3.981,87	4.127,79		
1	200	2.449,40	2.539,61	2.633,25	2.730,47	2.831,34	2.936,03	3.044,54	3.154,94	3.269,45	3.388,18	3.511,36	3.639,71		
8	175	2.178,22	2.258,18	2.341,16	2.427,27	2.516,68	2.609,45	2.705,60	2.803,40	2.904,86	3.010,11	3.119,21	3.232,97		
7	152	1.928,76	1.999,27	2.072,43	2.148,37	2.227,16	2.309,00	2.393,75	2.480,04	2.569,47	2.662,26	2.758,50	2.858,76		
6	132	1.711,82	1.774,11	1.838,74	1.917,34	1.975,46	2.047,72	2.121,70	2.198,80	2.277,84	2.359,77	2.444,78	2.533,39		

TABELA SALARIAL 2015															
Faixa Nível		Salário Base - 30 horas semanais										Percentual de aumento 8,34%			
		81 a	84 b	87 c	90 d	93 e	96 f	100 g	104 h	108 i	111 j	116 k	120 l	124 m	
2	17	608						9.503,97	9.854,66	10.218,34	10.595,55	10.986,71	11.394,46		
	16	528						7.915,25	8.207,01	8.509,58	8.823,32	9.148,80	9.488,00		
	15	460						6.564,86	6.806,48	7.057,08	7.317,01	7.586,56	7.867,47		
	14	400						5.373,30	5.570,74	5.775,49	5.987,86	6.208,09	6.437,64		
	13	350			3.923,46	4.070,22	4.222,50	4.380,35	4.540,95	4.707,53	4.880,25	5.059,41	5.246,13		
	12	304			3.106,37	3.222,13	3.342,33	3.466,86	3.593,56	3.724,97	3.861,27	4.002,59	4.149,90		
	11	264			2.629,92	2.727,66	2.829,09	2.934,18	3.041,15	3.152,04	3.267,05	3.386,37	3.510,71	3.639,06	
	10	230			2.320,69	2.406,69	2.495,92	2.588,45	2.682,57	2.780,19	2.881,42	2.986,41	3.095,83		
	9	200	1.837,03	1.904,71	1.974,95	2.047,84	2.123,47	2.202,02	2.283,40	2.366,21	2.452,07	2.541,12	2.633,52	2.729,79	
	8	175	1.633,66	1.693,63	1.755,87	1.820,46	1.887,52	1.957,08	2.029,19	2.102,55	2.178,67	2.257,59	2.339,41	2.424,72	
3	7	152	1.446,55	1.499,44	1.554,32	1.611,26	1.670,38	1.731,74	1.795,31	1.860,02	1.927,08	1.996,68	2.068,87	2.144,05	
	6	132	1.283,88	1.330,58	1.379,07	1.429,37	1.481,59	1.535,80	1.591,93	1.649,10	1.708,35	1.769,84	1.833,60	1.900,02	

Legenda: 1 - Auxiliar Administrativo Operacional
2 - Assistente Administrativo Operacional
3 - Técnico Administrativo Operacional
4 - Graduados



Cagece Sede



PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cagece realizará reuniões com o SINDIÁGUA para alinhamento das informações sobre o novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR e finalização das regras do plano em até 6 meses, da homologação do acordo coletivo de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Cagece deverá implantar o novo PCCR no prazo de até 180 dias, a contar da publicação da lei específica.

PARÁGRAFO QUARTO: A Cagece realizará estudo no Regulamento do PCR vigente até Agosto/2015, para propor mudança do indicador financeiro que deverá ser alcançado para que sejam viabilizadas as promoções por mérito. A Cagece garantirá, caso seja atingida a meta desse novo indicador em 2015, a promoção por mérito de 2014 para os colaboradores que atingiram a pontuação suficiente para serem promovidos por mérito referente à Política de Promoção de 2014, conforme listagem publicada na página de Gerência de Pessoas–Gepes até 10/07/2015, dentro do percentual de 50%, do corpo funcional da Companhia que estava apto a receber no período, a ser implementada em março de 2016.

PARÁGRAFO QUINTO: A Diretoria da Cagece se compromete em submeter para apreciação do Conselho de Administração o novo PCCR, inclusive com a concessão da Promoção por Tempo de Serviço, que encontra-se em estudo, para todos os empregados que fizerem adesão ao novo plano e por ocasião do enquadramento.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Outras Gratificações

CLÁUSULA SEXTA - ANUÊNIO

A Cagece continuará pagando o percentual relativo aos anuênios considerando para o cálculo respectivo o período de 01/03/1972 a 31/05/1999.

CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS

A Cagece pagará Gratificação de Condução de Veículos aos seus empregados que desempenharem cargos específicos e função de motorista/motociclistas, conforme estabelecido em Norma Interna da CAGECE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento da gratificação será devido ao empregado credenciado na GESCO - Gerência de Serviços Compartilhados (Coordenação de Gestão de Transporte), como condutor de veículo locado ou próprio da CAGECE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Este benefício não será estendido para os empregados que receberem gratificação por função ou empregados que exerçam a função de motorista, excetuando-se as gratificações de chefes de turmas (equipe de campo) e todos os supervisores.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor da gratificação será de R\$ 333,91 (trezentos e trinta e três reais e noventa e hum centavos) pago proporcionalmente aos dias trabalhados, da seguinte forma:
01 a 03 dias - 20% do valor da gratificação;

INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Essa cláusula é uma importante conquista da categoria alcançada nos últimos anos. O objetivo é incentivar a qualificação dos trabalhadores que recebem aumentos em suas remunerações a cada título de ensino superior conquistado. Na campanha salarial de 2015, sindicato e trabalhadores conseguiram dobrar os percentuais de titulação.



04 a 07 dias - 30% do valor da gratificação;
08 a 12 dias - 50% do valor da gratificação;
13 a 15 dias - 70% do valor da gratificação;
16 a 19 dias - 90% do valor da gratificação; e,
Acima de 19 dias - 100% do valor da gratificação.

CLÁUSULA OITAVA - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

A Cagece concederá, a título de incentivo pelo desenvolvimento pessoal adquirido, umas das gratificações nos seguintes percentuais:

6% ao portador de título de Doutor, devidamente registrado,
4% ao portador de título de Mestre, devidamente registrado,
2% ao portador de título de Especialização, devidamente registrado, e
1% ao portador de certificados de Graduação, devidamente registrado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fazer jus ao incentivo ao desenvolvimento educacional é necessário que o curso de Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado tenha sido realizado em instituição reconhecida pelo MEC e/ou Conselho de Educação do Ceará e ser correlato com a missão da Cagece. Serão também aceitos, a cargo de titularidade, as Especializações, Mestrados ou Doutorados formatados e custeados pela Cagece. O empregado só terá direito ao percentual acima especificado a contar do mês de entrega e validação da documentação pela Gerência de Pessoas- Gepes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: É vedada qualquer forma de duplicidade de pagamento pela Cagece, de benefício referente a um mesmo título, prevalecendo a maior titulação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quem ingressou na Cagece com a exigência de uma das titularidades, só terá direito caso obtenha outra titulação de nível superior diversa daquela exigida para o ingresso no quadro de empregados.

PARÁGRAFO QUARTO: Cursos sequenciais com duração inferior a 3 anos não serão aceitos para a gratificação de incentivo ao desenvolvimento educacional.

Adicional de Penosidade/Turno

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE PENOSIDADE

A Cagece, no período de 6 (seis) meses, constituirá comissão paritária, envolvendo integrantes da Cagece e SINDIÁGUA, para realizar estudos sobre a aplicabilidade do adicional de penosidade em atividades funcionais da Cagece.

Participação nos Resultados

CLÁUSULA DÉCIMA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em decorrência do alcance de 100% da meta de Margem Ebitda, referente ao ano de 2015, gatilho para o pagamento da PR, a Cagece pagará o percentual de até 110% (cento e dez por cento) sobre o valor da remuneração percebida pelos empregados no mês de dezembro de 2015, com a exclusão da parcela relacionada com o 13º salário, a título de Participação nos Resultados, referente ao período compreendido entre 01.01.2015 a 31.12.2015. Caso ocorra algum fato superveniente que impacte no atendimento da Margem Ebitda, caberá apreciação e deliberação da Diretoria Executiva para apuração da Margem Ebitda Ajustada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DO PAGAMENTO: O percentual a ser pago incidirá sobre as parcelas previstas nos contracheques dos empregados, conforme os casos, a saber: 013 – INCENTIVO EDUCACIONAL; 019 - SALARIO; 020 - DIF. JORNADA 40; 023 - HONORÁRIOS; 055, 056 - GRATIF DE FUNÇÃO; 060 - GRATIF. REPRESENTAÇÃO; 069 - GRATIF. LEI 112; 080, 084 - ANUENIO; 109 – BONUS-RES COMPLEMENTAÇÃO GESTORES; 162 - COMPL OP/DIRETOR; 071, 072, 122 - INSALUBRIDADE; 73 - PERICULOSIDADE; 014, 126 - COMPL SALARIAL; 178 - ADICIONAL DE REPRESENTAÇÃO; 111 - HORAS EXTRAORDINÁRIAS 50%; 113 - HORAS EXTRAORDINÁRIAS 100%; 115 - HORAS EXTRAORDINÁRIAS NOTURNAS; 110, 117, 121 - ADICIONAL NOTURNO e 021 - DSR (Descanso semanal remunerado).

PARÁGRAFO SEGUNDO - ASPECTOS LEGAIS: A Cagece e o SINDIÁGUA aprovam as metas constantes desta Cláusula para aferição e pagamento da Participação nos Resultados - PR relativos ao exercício de 2015, na forma prevista no art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal, Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

PARÁGRAFO TERCEIRO - OBJETIVOS: Os objetivos da sistemática de Participação nos Resultados são os seguintes:

- Distribuir a PR aos colaboradores por sua performance no Planejamento e Gerenciamento Estratégico dos Resultados da Cagece;
- Fortalecer a prática da gestão empresarial com foco em resultados;
- Promover o trabalho em equipe, práticas de inovação e melhoria contínua da gestão, desenvolvimento do negócio, dos processos e das competências; e,
- Aprender com os sucessos e insucessos.

PARÁGRAFO QUARTO - SISTEMÁTICA DA DISTRIBUIÇÃO DA PR

A Cagece distribuirá a PR com os seus empregados a partir das seguintes condições:

- Apuração dos indicadores associados aos objetivos do Planejamento Estratégico da Cagece, por perspectiva: resultados, clientes, sociedade, processos e pessoas, objetivos e perspectivas respectivamente representados pelos seguintes indicadores: Margem EBITDA, Incremento de ligações ativas de água e Incremento de ligações ativas de esgoto, Índice de água não faturada - IANF e Gerenciamento mensal dos resultados;



Cagece Sobral e Russas



PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Hoje, se as metas forem atingidas, o valor a ser recebido pela PR pode chegar a 110%, ou seja, mais que o dobro do salário-base do trabalhador. Uma conquista da campanha salarial de 2010 presente no Acordo Coletivo.



- b) Para apuração dos resultados será utilizada a base de dados contida no Sistema de Gerenciamento de Resultados - SGR;
- c) Os resultados, citados no item anterior, referem-se ao período de janeiro a dezembro de 2015;
- d) A Cagece disponibilizará, no máximo, 1,1 folha bruta a ser distribuída a título de participação;
- e) É requerido que a empresa atinja a meta estabelecida para o indicador de Margem EBITDA, considerado "gatilho", ou seja, só haverá distribuição da participação nos resultados se a previsão for alcançada.

PARÁGRAFO QUINTO - APURAÇÃO PR 2015: A CAGECE e o SINDIÁGUA instituem as metas constantes no Quadro Resumo adiante indicado, as quais poderão ser ajustadas através de aditivo ao presente Acordo Coletivo, vigentes no período compreendido entre 01.01.2015 a 31.12.2015, assim como o cumprimento das mesmas, a saber:

PERSPECTIVA	INDICADOR	META 2015	PESO PARA PREMIAÇÃO
RESULTADOS	MARGEM EBTDA (GATILHO)	14,46%	41,25%
	IANF	23,77%	16,25%
SOCIEDADE	INCR. LIG. ATIV. ÁGUA	65.206 LIGAÇÕES	16,25%
	INCR. LIG. ATIV. ESG.	23.575 LIGAÇÕES	16,25%
PROCESSO	EFICÁCIA NO GERENCIAMENTO DOS RESULTADOS	100%	10,00%

PARÁGRAFO SEXTO - REVISÃO DE METAS: As metas e indicadores estabelecidos pela CAGECE para o exercício de 2015 só poderão ser alteradas com a anuência do SINDIÁGUA. Os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário que venham a sofrer suspensão no faturamento em decorrência de falta de água e/ou problemas operacionais, não terão suas ligações "ativas" deduzidas para os indicadores de incremento de ligação ativa de água e de esgoto.

PARÁGRAFO SÉTIMO - ORÇAMENTO: Será previsto no orçamento da Companhia os recursos necessários para distribuição máxima de 1,1 remuneração por empregado, para o caso de atingimento de 100% das metas previstas.

PARÁGRAFO OITAVO - DISTRIBUIÇÃO: Pagamento máximo de 1,1 remuneração, na forma estabelecida no Parágrafo Quinto desta Cláusula, em favor dos empregados aptos a receber a PR, caso todas as metas sejam atingidas em 100%.

PARÁGRAFO NONO - EMPREGADO APTO A RECEBER A PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS: A CAGECE pagará aos empregados que estiveram com contratos de trabalhos vigentes no período compreendido entre 01.01.2015 a 31.12.2015, valores correspondentes a participação nos resultados, até o dia 30 de março de 2016.

I - Não farão jus à Participação nos Resultados os empregados:

- a) afastados por licença não remunerada durante todo o ano de 2015;
- b) punidos com suspensão no período compreendido entre 01.01.2015 a 31.12.2015 acima de 05 dias; e
- c) admitidos a partir de 01.01.2016.

II - Da proporcionalidade do pagamento da PR:

Os empregados enquadrados nas situações a seguir perceberão valores de participação nos resultados calculados de forma proporcional aos meses efetivamente trabalhados:

- a) admitidos no período compreendido entre 01.01.2015 a 31.12.2015;
- b) afastados por licença não remunerada no período compreendido entre 01.01.2015 a 31.12.2015;
- c) desligados no período compreendido entre 01.01.2015 a 31.12.2015;
- d) servidores ocupantes de cargos em comissão da Cagece, empregados ou não empregados, desligados ou nomeados no período compreendido entre 01.01.2015 a 31.12.2015.
- e) Será computado no valor da remuneração do mês de Dezembro, do empregado, a média de horas extras, adicional noturno e descanso semanal remunerado – DSR realizadas no período de 01.01.2015 a 31.12.2015.

III - No caso das alíneas "b" e "c" do inciso II, desta Cláusula, a PR será paga com base na última remuneração percebida pelo empregado; e, no caso a alínea "d" a PR será paga com base no valor da gratificação correspondente ao cargo em comissão no mês de Dezembro/2015. No caso de alteração de função no decorrer do ano, o valor da PR será calculado levando-se em consideração a média de gratificação recebida no mesmo período.

IV - O pagamento de gratificação de função decorrente de substituição de servidor por motivo de férias não enseja o pagamento da PR, na forma prevista na alínea "d" desta Cláusula.

V - Os empregados que obtiveram até 05 (cinco) faltas ao trabalho no período compreendido entre 01.01.2015 a 31.12.2015 perceberão o valor integral da PR prevista.

VI - Os empregados que obtiveram 06 (seis) faltas no mesmo período perceberão o valor da PR prevista, com a redução de 6% (seis por cento), ficando pactuado, ainda, que a redução será acrescida em 1% (um por cento) em relação a cada falta superior a 6 (seis) dias no mesmo período.

VII - Para efeito da proporcionalidade prevista no inciso II deste Parágrafo, considerar-se-á como mês integral neste contrato a fração igual ou superior a 15 dias.



Cagece Pici



VIII - Para fins de aplicação da regra prevista neste Parágrafo a CAGECE utilizará os dados existentes na GEPES - Gerência de Pessoas na presente data.

PARÁGRAFO DÉCIMO : Caso o Gestor não atualize as informações de sua área / gerência no SGR (Sistema de Gerenciamento de Resultados), nos prazos estabelecidos pela CAGECE, o mesmo terá que apresentar a justificativa em Reunião de Diretoria – REDIR.

Auxílio Habitação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXILIO MORADIA

A Cagece pagará auxílio moradia de R\$ 537,37 (quinhentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) em favor dos empregados que forem transferidos de Fortaleza para o interior e entre Unidades de Negócio - UN's localizadas no interior nas funções de Gerente ou Coordenador, Encarregado de Núcleo ou Supervisores IV (com distância superior a 20 quilômetros); no valor de R\$ 429,03 (quatrocentos e vinte e nove reais e três centavos), para demais empregados transferidos para o interior ou entre cidades do interior (com distância superior a 20 quilômetros); na forma prevista na Resolução de Diretoria nº 06/2005.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nas cidades com população acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, será acrescido 20% (vinte por cento) sobre os valores de auxílio moradia descritos no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O benefício previsto no caput desta cláusula será concedido pelo período de até 02 (dois) anos, a contar da data da transferência do empregado.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXILIO ALIMENTAÇÃO

A Cagece fornecerá aos empregados vale alimentação no valor de R\$ 38,00 (trinta e oito reais) cada, e vale lanche no valor de R\$ 7,12 (sete reais e doze centavos) cada, contribuindo aqueles com o valor de R\$ 0,01 (um centavo de real), ficando de logo autorizado o desconto dessa importância em folha de pagamento, obedecidos os seguintes critérios:

VALE ALIMENTAÇÃO para:

1. Os que cumprem jornada de trabalho de 30 ou 40h semanais;
2. Os que executarem serviços em caráter extraordinário, conforme norma específica;
3. As empregadas que tiverem em gozo de licença maternidade;
4. Os empregados que se encontram em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

VALE-LANCHE para:

1. Integrantes de turmas, quando em serviço externo, incluindo fiscais de campo;



VALE-ALIMENTAÇÃO E VALE-LANCHE

Sindicato e categoria conquistaram reajustes acima da inflação no vale-alimentação e no vale-lanche. O aumento foi de 11,76%. Com isso, os 22 vales-alimentação mensais somados passaram de R\$ 748,00 para R\$ 836,00.

GRATIFICAÇÃO NATALINA

Na campanha salarial de 2014, o Sindiagua, em conjunto com a categoria, conquistou uma cláusula nova que garante aos trabalhadores uma gratificação natalina em forma de vales-alimentação. O benefício é uma boa ajuda nas despesas de final de ano com alimentação. Em 2015, aumentamos a gratificação natalina de 8 para 11 vales-alimentação. Isso representa um ganho de mais de 50% no valor do benefício, que passou de R\$ 272,00 para R\$ 418,00.



2. Os que executarem serviços em caráter extraordinário no período de 00h às 07h;
3. Os empregados que estiverem realizando serviços de operação e manutenção, externos em campo e em favor da Cagece, com duração igual ou superior a 02 (duas) horas;
4. Empregados encarregados de serviços externos de entregas/recebimentos de malotes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos casos dos itens 1, 3 e 4 serão fornecidos 22 (vinte e dois) vales-alimentação mensais, de forma ininterrupta, com exceção para faltas não justificadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cagece concederá aos seus empregados 11 (onze) vales alimentação, totalizando, portanto, 33 (trinta e três) vales, exclusivamente no mês de Dezembro.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSPORTE

Será mantido pela Cagece, transporte coletivo gratuito, para seus empregados, nas rotas abaixo e, cujos percursos estão estabelecidos em norma da empresa:

1 - TURNO DA MANHÃ	2 - TURNO DA NOITE	3 - JUAZEIRO DO NORTE
a. Sede/Pici/UN-MTS	a. UN-MTS/Pici/Sede	a. Novo Juazeiro/Regional/ Novo Juazeiro
b. UN-MTO/Pici/Sede	b. Sede/ Pici/UN-MTO	
c. UN-MTS/Sede/UN-MTL	c. UN-MTL/Sede/UN-MTS	

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Por força de necessidade administrativa devidamente deliberada pela administração da Cagece, as rotas especificadas no caput desta cláusula poderão ser alteradas, de forma que não acarrete prejuízos para os empregados beneficiários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cagece poderá, também, substituir o transporte coletivo descrito nas rotas especificadas no caput desta cláusula, com utilização inferior a 60% (sessenta por cento) da lotação sentada prevista no veículo, pela concessão de vale transporte em favor dos empregados que receberam a referida parcela (vale transporte) no mês de abril/2012, independentemente do pagamento do percentual de 6% (seis por cento) previsto na legislação vigente, isenção que se estende a todos os empregados que estiverem registrados no sistema de concessão do vale-transporte em 24.08.2015.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO EDUCAÇÃO FORMAL

A Cagece poderá contribuir com a formação profissional de todos empregados em cursos de pós-graduação "LATO-SENSU" (especializações, MBA's) e "stricto-sensu" (mestrados, doutorados e pós-doutorados) e cursos de línguas

estrangeiras, mediante ressarcimento de valor correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do valor do curso. Os empregados somente terão direito ao benefício em cursos de pós-graduação “LATO-SENSU” (especializações, MBA’s) e “stricto-sensu” (mestrados, doutorados e pós-doutorados) após a análise da vinculação entre o conteúdo do curso pleiteado e as competências inerentes às atribuições do cargo que este ocupa, considerado o interesse público na qualificação do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:O ressarcimento previsto no caput desta Cláusula poderá ser de até 100% dos valores dos cursos de gestão realizados por Diretores, Gerentes e/ou Assessores da Cagece.

PARÁGRAFO SEGUNDO:O empregado deverá comprovar perante à CAGECE, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar do vencimento da parcela, o pagamento da mensalidade junto ao estabelecimento de ensino, além da regularidade de no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) do seu comparecimento, sob pena da Companhia suspender o pagamento do auxílio.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Cagece prestará assistência médica a seus empregados e dependentes, mantendo ambulatório na sede da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PLANO DE SAÚDE E PLANO ODONTOLÓGICO

A Cagece custeará os valores decorrentes das despesas com Plano de Saúde em Enfermaria e Plano Odontológico dos empregados, contribuindo estes com o valor de R\$ 0,01 (um centavo de real), ficando de logo autorizado o desconto dessa importância em folha de pagamento. Os custos oriundos da adesão dos dependentes serão suportados pela Cagece e pelos respectivos empregados, conforme tabela abaixo:

FAIXAS SALARIAIS	PARTICIPAÇÃO CAGECE (%) DEPENDENTE	PARTICIPAÇÃO EMPREGADO (%) DEPENDENTE
ATÉ 7 SM	100	0
DE 07 A 08 SM	90	10
DE 08 A 09 SM	85	15
DE 09 A 15 SM	80	20
DE 15 A 20 SM	45	55
DE 20 A 25 SM	40	60
ACIMA DE 25 SM	35	65

PARÁGRAFO PRIMEIRO:A Cagece garantirá aos seus empregados e dependentes (conforme tabela existente) o acesso aos serviços médicos hospitalares e laboratoriais, com as condições no mínimo iguais as elencadas no ofício

PLANO DE SAÚDE

Sem sombra de dúvida, uma das mais importantes conquistas da categoria e do Sindiagua foi o plano de saúde de qualidade. E essa conquista ganhou muito mais importância quando, no ano de 2010, as condições atuais de atendimento e cobertura do plano passaram a constar no Acordo Coletivo. Mas não parou por aí. No mesmo ano, o benefício passou a ser gratuito para mais da metade dos empregados da Cagece e seus dependentes (sem perda da qualidade da cobertura). Todos os anos, ao longo das negociações das campanhas salariais, a direção do Sindiagua e os trabalhadores convivem com pressões para reduzir esse direito. Mas na campanha salarial de 2015, o Sindicato, juntamente com a categoria, conseguiu ampliar a faixa salarial dos funcionários e dependentes que têm acesso gratuito a esse importante benefício, como pode ser conferido na tabela ao lado.





Cagece Conjunto Ceará



111/2010 (Sindiágua) datado de 16/06/2010, protocolado na Cagece sob o número 8007.003347/2010-00, em anexo, objetivando não diminuir a qualidade de atendimento ora em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO:A Cagece custeará o Plano de Saúde e Plano Odontológico do empregado aposentado INSS/PPA (Plano de Preparação Aposentadoria) e seus dependentes (quota da empresa e do empregado) pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua aposentadoria, e, para o empregado aposentado por invalidez, a Cagece custeará o Plano de Saúde e Plano Odontológico pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar de sua aposentadoria. Decorrido o referido lapso temporal, o aposentado e seus dependentes (esposa(o), filhos até 28 anos ou inválidos, companheiro(a) habilitado junto ao INSS) poderão optar pela permanência no Plano de Saúde e Plano Odontológico, desde que procedam o pagamento integral do benefício (empregado e empresa) na condição de agregado especial, através de documento emitido pelo plano para fins de pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO:A Cagece pagará pelo período de 02 (dois) anos a totalidade do Plano de Saúde e Odontológico para os dependentes cadastrados nos Planos, no caso de morte do seu empregado. O benefício será estendido aos dependentes contemplados no ACT 2009/2010.

PARÁGRAFO QUARTO:Nos Contratos de Plano de Saúde e Plano Odontológico que a Cagece vier a celebrar deverão contemplar os ex-empregados que se aposentaram a partir de 02/01/2003, os quais poderão aderir aos Planos, nos termos do Parágrafo Quarto desta Cláusula. Para fazer jus a este direito o ex-empregado deverá manifestar, por escrito, o interesse entre em ingressar no Plano de Saúde e Plano Odontológico, junto à Cagece/Gepes, no período o registro do presente Acordo Coletivo até o prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato Administrativo a ser celebrado com a empresa prestadora de serviço de Plano de Saúde e Plano Odontológico.

PARÁGRAFO QUINTO: O atraso no pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas por parte do aposentado ou de qualquer de seus dependentes (esposa/esposo, filhos até completar 28 anos ou inválidos de qualquer idade, companheiro/companheira habilitado junto ao INSS) importará na exclusão do Plano de Saúde e do Plano Odontológico.

PARÁGRAFO SEXTO:O SINDIÁGUA designará um representante para participar da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da eficiência do Plano de Saúde e Plano Odontológico.

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA

A partir do 16º (décimo sexto) dia de licença médica, a Cagece complementarará o auxílio-doença pago pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), consistente na diferença entre o valor do benefício e a remuneração do empregado, na forma prevista na Resolução nº 016/08 DPR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:A Cagece pagará Auxílio Empregado Portador de Necessidades Especiais, a título de indenização, no valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, ao empregado que estiver licenciado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e for portador de necessidades especiais, estas definidas na Cláusula AUXILIO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso da necessidade especial ter tido como causa acidente de trabalho, esse valor será pago em dobro. Este benefício será estendido aos empregados contemplados no ACT 2009/2010.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Cagece garante aos empregados aposentados pelo INSS, e que estejam com contrato de trabalho vigente, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, a percepção de complemento salarial, consistente na diferença entre o valor da aposentadoria e a remuneração do empregado, mediante relatório médico assistente, que deverá ser aprovado pelo departamento médico da companhia.

PARÁGRAFO QUARTO: O complemento salarial previsto no parágrafo anterior será pago a título de indenização, a partir do 16º dia de afastamento, limitado a 05 (cinco) dias por licença, não podendo exceder ao total de 15 (quinze) dias no período de 12 (doze) meses a contar da vigência do presente acordo.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXILIO FUNERAL

Será pago pela Cagece auxílio funeral em valor correspondente a 2,5 (duas vírgula cinco) vezes o piso salarial da empresa para regime de 40 horas, por morte de empregado, ou de seus dependentes, assim considerados: esposa(o) ou companheira(o), pais, filha ou filho, menor de 28 (vinte e oito) anos, e filhos inválidos, qualquer que seja a idade.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de falecimento de empregado, ou de beneficiário conforme os tipos acima discriminados, que possua vínculo com mais de um empregado, o auxílio será pago de forma rateada entre os requerentes.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXILIO CRECHE / EDUCAÇÃO

A CAGECE pagará o valor de R\$ 487,53 (quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos) mensais por cada filho de empregado (legítimo, adotivo ou com guarda judicial) com idade de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, a título de indenização na modalidade de auxílio creche sem necessidade de comprovação, mediante apresentação da certidão de nascimento; e, o mesmo valor por cada filho de empregado (legítimo, adotivo ou com guarda judicial) com idade de 05 (cinco) a 15 (quinze) anos, a título de indenização na modalidade de auxílio educação, neste último caso mediante comprovação de matrícula do menor em estabelecimento público ou particular e declaração de frequência a cada seis meses, emitida pelo estabelecimento. O benefício será concedido após a solicitação junto à GEPES, juntamente com a documentação comprobatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que desejarem não ser tributados na modalidade auxílio creche, devem apresentar a comprovação mensal da creche até o dia 10 de cada mês.



AUXÍLIO CRECHE/ EDUCAÇÃO

Com o Acordo Coletivo 2015/2016, filhos de empregados(as) da Cagece com até 15 anos têm acesso ao auxílio creche educação. Nos últimos sete anos, a faixa etária dos filhos que têm direito a esse benefício mais que dobrou, passando de 7 para 15 anos.



Cagece Floresta e Aldeota



PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de filho de empregado com guarda judicial provisória, a comprovação de guarda deve ser atualizada e apresentada à Gerência de Pessoas – Gepes a cada 6 (seis) meses.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CAGECE continuará procedendo ao pagamento do aludido valor até que o filho de 15 (quinze) anos de idade conclua o ano letivo em curso.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso o empregado possua cônjuge, ou companheiro(a) habilitado(a) como dependente junto ao INSS, também empregado na Cagece, o pagamento dos auxílios previstos no caput desta Cláusula será realizado somente em favor de um deles.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ

A Cagece pagará indenização para cobertura dos seguintes sinistros:

I - MORTE NATURAL - 15 (quinze) vezes o salário do empregado, limitada a importância correspondente a 60,69 (sessenta vírgula sessenta e nove) vezes o menor salário para regime de 40 horas da tabela utilizada pela Cagece;

II - MORTE ACIDENTÁRIA (inclusive por acidente de trabalho) - 30 (trinta) vezes o salário do empregado, limitada a importância correspondente a 121,39 (cento e vinte e um vírgula trinta e nove) vezes o menor salário para regime de 40 horas da tabela utilizada pela CAGECE;

III - INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE (inclusive por acidente de trabalho) - até 30 (trinta) vezes o salário do empregado, limitada a importância correspondente a 121,39 (cento e vinte e um vírgula trinta e nove) vezes o menor salário para regime de 40 horas da tabela utilizada pela Cagece. Na invalidez permanente parcial por acidente a indenização será proporcional ao grau de invalidez verificado, conforme disposição normativa da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

IV - INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA - 15 (quinze) vezes o salário do empregado, limitada a importância correspondente a 60,69 (sessenta vírgula sessenta e nove) vezes o menor salário para regime de 40 horas da tabela utilizada pela Cagece.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de invalidez permanente, a indenização prevista nesta Cláusula, será paga diretamente ao empregado ou ao seu representante legal; em caso de morte, aos seus dependentes, na seguinte gradação legal: ao cônjuge/companheiro, aos filhos e pais, ou, na ausência destes, aos seus sucessores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a Cagece não proceda a contratação do seguro em grupo, na forma prevista no caput desta Cláusula, assumirá a responsabilidade pela cobertura das indenizações nos mesmos níveis e valores acima estabelecidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para atestar a invalidez prevista no Item IV, desta Cláusula, a Cagece indicará uma junta médica que deverá emitir laudo no prazo de 30 (trinta) dias, devendo a Cagece proceder o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão do laudo médico respectivo, caso a invalidez seja atestada.

PARÁGRAFO QUARTO: O benefício previsto no Item IV, desta Cláusula, será pago uma única vez pela Cagece.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS INDENIZAÇÕES POR UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS

O empregado que utilizar seu automóvel para o desempenho de suas atribuições funcionais, desde que esteja a serviço e prévia e expressamente autorizado pela empregadora, receberá da Cagece o valor de R\$ 1,06 (um real e seis centavos) por quilômetro rodado; e, aquele que utilizar a sua moto, nas mesmas condições acima, receberá da Cagece o valor de R\$ 0,42 (quarenta e dois centavos), a título de indenização. Os valores ora elencados destinam-se a fazer face à depreciação, manutenção, taxas, impostos incidentes sobre o veículo, tais como IPVA, Licenciamento e DPVAT, combustível, e qualquer outra parcela decorrente do direito de propriedade.

PARÁGRAFO UNICO: Os valores decorrentes das indenizações indicadas nesta Cláusula têm natureza indenizatória (depreciação e manutenção de veículo e ressarcimento de combustível), daí porque não se incorporam à remuneração do empregado para qualquer fim (CLT, § 2º, do art. 457).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONVÊNIO FARMACIA/REEMBOLSO DE MEDICAMENTOS

A Cagece celebrará convênio para fornecimento de medicamentos aos seus empregados, os quais desde já autorizam o desconto no salário dos valores referentes às aquisições, que será efetivado na folha de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios de parcelamento que forem conseguidos pelas empresas junto aos fornecedores serão repassados aos funcionários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cagece reembolsará, aos empregados, as despesas decorrentes de aquisição de medicamentos de uso contínuo, prescritos por médico, mediante a exibição de cupom fiscal, declaração e receita médica a ser visada pelo serviço médico da CAGECE, a título de indenização. A Cagece reembolsará as despesas de medicamentos de acordo condições estabelecidas na norma interna - SAD-051 que disciplina o referido benefício.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Cagece reembolsará, aos empregados, os seguintes materiais descartáveis de uso contínuo: seringas, agulhas, esparadrapos, fitas adesivas para curativo, bolsa de colostomia, sonda vesical e respectivo saco de coleta de urina, a ser regulamentado em norma interna.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXILIO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Cagece pagará o valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, por filho (legítimo ou adotivo) e nos casos de guarda judicial, a título de indenização aos empregados com filhos portadores de necessidades especiais, conforme relação a seguir:

I - Deficiências físicas: redução ou ausência de função física, tetraplegia, paraplegia, hemiplegia, monoplegia, diplegia, amputação de membros (exceto dedos) e membros com deformidade congênita ou adquirida não produzidas por doenças crônicas e/ou degenerativas;

II - Deficiência visual: cegueira considerada como ausência total de visão ou acuidade visual não excedente a um décimo pelos optótipos de Snellen, no melhor olho, após correção ótica; ou para aqueles cujo campo visual seja



REEMBOLSO DE MEDICAMENTOS

Mais uma importante conquista alcançada pelos trabalhadores nos últimos anos está mantida. O reembolso de medicamentos é mais um benefício que visa promover a saúde e o bem-estar do trabalhador. Através dessa cláusula, o gasto com remédios e materiais farmacêuticos de uso contínuo é reembolsado integralmente pela Cagece.

AUXÍLIO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Na campanha salarial de 2015, essa cláusula teve um reajuste superior à inflação: 10,46%. Com isso, ao longo dos últimos sete anos, o valor do benefício praticamente dobrou. Uma importante conquista para pais que possuem filhos que necessitam de cuidados especiais.



menor ou igual a 20% no melhor olho desde que sem auxílio de aparelho que aumente este campo visual; ambliopia: para aqueles que apresentam deficiência de acuidade visual de forma irreversível, aqui enquadrados aqueles cuja visão se situe entre um e três décimos pelos optótipos de Snellen após correção e no melhor olho;

III - Deficiência auditiva profunda ou total, bilateral;

IV - Deficiência mental ou excepcional em tratamento fisioterápico, fonoterápico, psicoterápico ou psiquiátrico realizado em ambulatório de saúde mental ou que participe de qualquer programa de educação ou reabilitação em caráter continuado, junto à entidade especializada;

V - Demais doenças: alienação mental, esclerose múltipla, neoplasias malignas, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, hepatopatia grave, nefropatia grave, pneumopatia grave, espondiloartrose anquilosante, AIDS, hemofilia, fibrose cística, estado avançado da Doença de Paget, contaminação por radiação, doença psiquiátrica incapacitante, epilepsia de difícil controle e neuropatia invalidante.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para fazer jus ao benefício previsto no caput desta Cláusula, o empregado deverá apresentar um Laudo Médico atestando o grau do estado de saúde junto ao Médico do Trabalho da Gerência de Pessoas - Gepes, que emitirá parecer recomendando ou não o pagamento do benefício. O benefício será concedido a partir da data de entrega da documentação necessária junto a Gerência de Pessoas - Gepes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VALE CULTURA

A Cagece fará adesão ao Programa de Cultura do Trabalhador, previsto na Lei nº 12.761, de 27.12.2012.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO

A Cagece, no período de 6 meses, constituirá comissão paritária, envolvendo integrantes da Cagece e SINDIÁGUA, para estudar possíveis modificações em suas jornadas de trabalho de acordo com as atividades funcionais da Cagece.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA DOS SERVIÇOS

Os estudantes nos dias de concursos para vestibulares e concursos públicos, após a devida comprovação, serão dispensados do serviço, sem prejuízo de sua remuneração, desde que comunique a empresa, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AUSENCIA JUSTIFICADA

Nos casos de falecimento de cônjuge, companheiro(a) e filhos a Cagece considerará justificada a ausência do empregado ao serviço, por 10 (dez) dias corridos; no caso de falecimento de pais e irmão(s), por 05 (cinco) dias úteis; no caso de falecimento de avós e netos, por 02 (dois) dias úteis; no caso de nascimento de filhos, por 08 (oito) dias corridos.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - JORNADA PARA MÃES COM FILHOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Fica concedido à empregada, mãe de portador de necessidade especial, o afastamento de até 2 (duas) horas diárias, no início ou término do expediente, desde que comprovada a condição de portador de necessidade especial do filho(a) por junta médica oficial, não cabendo perdas financeiras.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para fazer jus ao benefício previsto no caput desta Cláusula, a empregada deverá solicitar o benefício através de requerimento padronizado acompanhado da certidão de nascimento do filho(a) e de atestado da junta médica, à Gepes, devendo manifestar se deseja a redução no início ou término do expediente. Em casos excepcionais, a concessão do benefício poderá ser analisado pela Cagece.

Férias e Licenças Remuneração de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPRÉSTIMO NAS FÉRIAS

A Cagece poderá parcelar o valor correspondente ao adiantamento de salário por ocasião de férias, correspondente aos 20 ou 30 dias de férias, com exclusão da gratificação de férias (1/3), a título de empréstimo em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas, iniciando o desconto 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, desde que solicitada pelo empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O disposto no caput da presente cláusula é facultativo aos empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

Será concedida aos empregados da Cagece uma gratificação de férias, correspondente a um salário mínimo, vigente na data de sua concessão, ou o previsto na Constituição Federal, prevalecendo a maior.

Licença Remunerada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA DE ACOMPANHAMENTO

Com a devida comprovação a Cagece liberará o empregado, de um turno de trabalho pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias ou em período integral pelo prazo de 07 (sete) dias, a critério deste, para acompanhamento de pais,



Cagece José Walter





Cagece Quixadá e Crateús



cônjuge, filhos ou companheiro(a) habilitado(a) na Previdência Social, que se encontrem internados em tratamento hospitalar ou tratamento domiciliar, no caso de pós-operatório.

Licença Maternidade

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA MATERNIDADE

A Cagece concederá licença maternidade em favor de suas empregadas (mães biológicas ou adotivas) pelo período de 06 (seis) meses, a contar do dia do afastamento, ficando alterada a licença previdenciária.

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA DIREÇÃO DO SINDIÁGUA

A Cagece liberará 07 (sete) Diretores do SINDIÁGUA, previamente indicados por seu Presidente, para permanecerem exclusivamente a serviço da entidade sindical, com a Cagece custeando 06 (seis) Diretores e 01 (um) pelo SINDIÁGUA, sendo vedado, aos demais Diretores não liberados, a prática de atividades sindicais durante a jornada normal de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONGRESSOS E CURSOS

A Cagece poderá liberar empregados indicados pelo SINDIÁGUA, a participar de congressos, cursos e/ou reuniões. O SINDIÁGUA deverá remeter à CAGECE a lista de presença, declaração de comparecimento ou certificado do curso realizado pelo empregado.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADE E DESCONTO EM FOLHA

A Cagece efetuará o desconto da mensalidade sindical e procederá ao repasse para a entidade sindical.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MURAI

A Cagece delimitará espaço para a colocação de murais e urnas, nos diversos locais de trabalho, respeitada a legislação específica ou norma administrativa incidente.


CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MESA DE NEGOCIAÇÃO

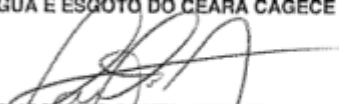
Fica mantida a Mesa de Negociação Permanente, com reuniões mensais, composta por membros indicados pelo SINDIÁGUA e pela Cagece, composta e regulamentada pelas disposições vigentes.

Disposições Gerais Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONCURSO PÚBLICO


A Cagece confirma a prorrogação do prazo de vigência do concurso público Edital 01/2013 até 07/08/2017 para os cargos de nível médio/técnico e 09/09/17 para os cargos de nível superior, conforme D.O.E de 30/06/15.


ANTONIO CLETO GOMES
PROCURADOR
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE


FRANCISCO JOSINETO SOUZA ARAUJO
PRESIDENTE
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE


SILENO KLEBER GUEDES FILHO
DIRETOR
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE


ANTONIO DE OLIVEIRA
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SIND DOS TRAB EM AGUA ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARA


ANTONIO MARCUS VINICIUS CATUNDA GUERRA
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SIND DOS TRAB EM AGUA ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARA


JADSON SARTO ANGELO OLIVEIRA DE PONTES
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SIND DOS TRAB EM AGUA ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARA

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.



Assembleia de aprovação do ACT 2015/2016



EXPEDIENTE

Coordenação: Direção do Sindiagua

Projeto gráfico: Paulo Marcelo Freitas

Colaboração e pesquisa: Elizama Paiva

Ilustração capa: Benes

Ilustrações do conteúdo: Freepik

Tiragem: 1.800

Publicação impressa em papel reciclado

Diretoria do Sindiagua

Diretoria Executiva

Jadson Sarto Angelo Oliveira de Pontes
Presidente

Haroldo Heitor Ribeiro
Secretaria Geral

Antonio de Oliveira
Secretaria Financeira

Joel Lopes de Sales Bastos
Secretaria de Administração

Antonio Marcus Vinícius C. Guerra
Secretaria Jurídica

Antonio Carlos Sá Brandão
Secretaria de Comunicação

Aluisio Sergio Novais Eleutério
Secretaria de Formação

Linaide Silva Crispim
Secretaria de Saneamento Ambiental

Ana Lúcia de Oliveira Marcelino
Secretaria dos Aposentados

Francisco de Assis Pereira da Silva
Secretaria de Políticas Sociais e Sindicais

Fabiola Maia Costa Lima
Secretaria de Articulação com os Movimentos Sociais

Coordenações Regionais

TITULARES:

Rivelino Cardoso Xavier Teles

Lucas Gomes Nunes

Eisenhower Bandeira de Melo

Flaubênio Teixeira Sabóia

Maria Goreti Araújo

Antônio Ferreira Domingos

Valfrido Soares de Sena

Francisco Lopes

Francisco das Chagas Almeida Marques

Ildvan Silva dos Santos

Antonio Cláudio Saraiva Coelho

SUPLENTES

Francisco Maurício Barbosa

João Batista Ferreira Lima

Alcides da Silva Duarte

Rômulo Morel de Carvalho

José Oliveira de Almeida

José Gideon Oliveira

Ricardo Mendes Frazão Neto Saraiva

Francisco Euridício de Andrade Lima

Raimundo Casemiro de Andrade

Etevaldo Rodrigues Alves

Outras coordenações

Coord de Meio Ambiente

Titular - Gerson Martins Costa Pereira

Suplente - Francisco Edson Saraiva Freire Júnior

Coord de Saneamento

Titular - Rui Basílio Gonçalves

Suplente - Rosa Maria Santos Batista

Coord de Formação Sindical

Titular - Paulo de Tarso Cavalcante Pequeno

Suplente - João Alves Viana Filho

Coord da Mulher

Titular - Maria Glaudivia B. Girão

Suplente - Maria da Paz Barboza Nogueira (Paizinha)

Coord de Saúde e Seg do Trabalho

Titular - Ronaldo Jorge Moura Guimarães

Suplente - Cezar Motta de Araújo Júnior

Coord de Informática e Banco de Dados

Titular - Aldenor Queiroz de Menezes

Suplente - Vilma Maria Duarte

Coord de Políticas Sociais

Titular - Ednaldo Dantas Mendonça

Suplente - Fco. de Assis Félix de Araújo (Cantor)

Coord de Esporte Cultura e Lazer

Titular - Antônio Belarmino

Suplente - Francisco Matias Filho

Coord de Previdência Social

Titular - João Batista da Rocha

Suplente - Luiz Carlos Andrade Moraes (Lula Moraes)

Coord de Novas Tecnologias

Titular - Alexandre Oliveira Pinheiro (Alex)

Suplente - Francisco Aldo Maia Teixeira

Coord de Recursos Hídricos

Titular - Virgílio César Aires de Freitas

Suplente - Ronaldo Queiróz da Silva

Conselho Fiscal

Titulares

Antonio Souza de Arruda

Raimundo Pereira do Carmo

Frandalberto Barroso Rodrigues

Suplentes

Antonio Flávio da Rocha

Edivan Florêncio de Oliveira

Fábio Nogueira da Silva

INFORMAÇÕES ÚTEIS

ÍNDICES	
INPC (ABRIL 2015 - ANUAL)	8,34%
IPCA (ABRIL 2015 - ANUAL)	8,17%
IGPM (ABRIL 2015 - ANUAL)	3,54%
Cesta Básica de Fortaleza (ABRIL 2015 - ANUAL)	9,63%
Salário Mínimo 2015	R\$ 788,00
Teto da Previdência Social 2015	R\$ 4.663,75

Fonte: IBGE/FGV/DIEESE/INSS

COMPARATIVO DOS VALORES PAGOS PELO PLANO DE SAÚDE: ATRAVÉS DO SINDIAGUA X CONTRATO INDIVIDUAL		
	Plano SINDIAGUA (independente da idade)	Plano individual (acima de 59 anos)
Plano Unimed Enfermaria	R\$ 411,60	R\$ 1.896,95
Plano Unimed Apartamento	R\$ 555,67	R\$ 2.571,89

Fonte: Sindiagua/Unimed

PISO SALARIAL CAGECE	
Nível	Piso
Fundamental/médio	R\$ 1.711,82
Técnico	R\$ 2.427,27
Superior Tecnólogo	R\$ 3.912,24
Superior	R\$ 4.622,46

Fonte: ACT 2015/2016

O que é contribuição sindical

A Contribuição Sindical – também conhecida como Imposto Sindical – está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (artigos 578 a 610) e seu recolhimento é obrigatório para todos os trabalhadores que exercem a profissão, independentemente da condição de filiado ou não ao sindicato.

A distribuição da contribuição sindical obedece ao disposto no art. 589 da CLT:

I - 5% (cinco por cento) para a Confederação correspondente;

II - 15% (quinze por cento) para a Federação;

III - 60% (sessenta por cento) para o Sindicato respectivo;

IV - 20% (vinte por cento) para a “Conta Especial Emprego e Salário”.

Todos os trabalhadores devem recolher a Contribuição Sindical em favor da entidade que defende os interesses da categoria. Fortaleça o Sindicato que efetivamente representa os trabalhadores de saneamento no Ceará e lutam por seus direitos. Não deixe que os recursos sejam entregues a outros sindicatos.

O que é assédio moral

Assédio Moral é a exposição de trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho. Caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados, acarretando prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador. Os especialistas sobre a questão aconselham registrar todas as humilhações impingidas - com data, detalhes, forma, testemunhas, além de dar visibilidade ao assédio comentando com outras pessoas, colegas de trabalho.

Fonte: Sinttel

Momento em que os
trabalhadores votaram
a favor da aprovação
do ACT 2015/2016

